



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI N. 247/87

PARECER:

Através de mensagem n. 84/87 de 14 de setembro de 1987, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado apresenta para apreciação desta Casa de Leis o anteprojeto de Lei referente ao Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1988/1990.

Tal mensagem deu origem ao Projeto de Lei n. 247/87, o qual vem atender as disposições da Constituição Estadual no § 2º, do artigo 32; do Ato Complementar n. 43/69, do artigo 5º; bem como, as determinações da Lei n. 5.982/69.

A primordial função do Orçamento Plurianual de Investimentos é o atendimento das determinações do Mandamento Constitucional do Estado no seu artigo 33, § 2º, que assevera:

"Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimentos ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução".

Este Orçamento Plurianual, conforme especifica o Senhor Governador do Estado no bojo da Mensagem "traz, como inovação, a inclusão também das despesas correntes, embora somente as despesas de capital representem uma obrigação legal, a fim de possibilitar uma avaliação mais completa das necessidades financeiras do Setor Público Estadual, no período".

Assim, este Orçamento Plurianual, cujos valores a preços estimados de 1988, apresenta a totalidade das despesas (e receitas) previstas para o Governo do Esta-

do.

Para o próximo triênio, a preços de 1988, pretende o governo investir 1,6 trilhões de cruzados, alocando para cada exercício, respectivamente, 500 bilhões de cruzados para 1988, 535 bilhões de cruzados para 1989 e 566 bilhões de cruzados para 1990.

Analisando as prioridades governamentais nos deparamos que as três funções mais aquinhoadas são:

Indústria, Comércio e Serviços	67,3%
Saúde e Saneamento	5,3%
Administração e Planejamento	5,1%

Ressaltamos que do total a ser investido nos próximos anos, somente 195,3 bilhões de cruzados, o governo programa o fazer através de operações de crédito, ficando o encargo de atender os investimentos de 1,6 trilhões de cruzados, com recursos próprios e em decorrência de Convênios.

O montante a ser gasto com as despesas de Capital no próximo triênio pela Administração Estadual, se ajusta dentro dos objetivos traçados pelo Plano de Governo, no que concerne aos programas sociais.

A tarefa a que se propõe o atual governo do Estado encontra inúmeros óbices, por estar inserido num país que não tem planejamento voltado para a erradicação dos problemas sociais, mas ao contrário, sem objetivos claros, tendendo a aprofundar as questões sociais.

Dentro do exposto, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator